

**ANEXO A
CARTA JUSTIFICATIVA**

[Carta referente à Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos, a que se refere a alínea a) do nº 1, do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro com a redação dada pelo Decreto-Lei no 149/2012, de 12 de julho]

De acordo com a consulta do Procedimento 077_AJD_SA_16 para a Aquisição solução de Firewall para o Município de Pombal.

Exmos. Senhores,

Em cumprimento do disposto no Convite envia-se, em anexo, a Declaração a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º, a qual obedece ao modelo que constitui o Anexo I ao Código dos Contratos Públicos e cujas alíneas f) e j) do número 4 apresentam a redação que lhes foi dada pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho.

Apesar de não se ter conseguido encontrar a publicação oficial de qualquer declaração de retificação daquele Decreto-Lei, afigura-se nos que a aludida alínea f) do número 4 apresenta uma inexatidão, pois, tal como está, não faz qualquer sentido na economia do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, razão pela qual se procede, com a presente carta, à declaração que a Cilnet – Comunicações e Projectos Especiais SA não foi objeto de aplicação da sanção acessória a que a mencionada alínea se refere, sendo que a referente redação deveria refletir uma leitura conforme com o disposto no artigo 55.º Do Código dos Contratos Públicos.

Por outro lado, também se procede à referência do teor da alínea g) da referida Declaração, já que, face a Aprovação do novo Código do Trabalho, pela Lei n.º7/2009, de 12 de fevereiro, a disposição correta deixou de ser o artigo 627º, n.º1, alínea b), passando a ser o artigo 562.º, N.º2, alínea b), do Código do trabalho.

Desta forma a Cilnet – Comunicações e Projectos Especiais SA procede com o envio da Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos - (a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro com a redação dada pelo Decreto-Lei no 149/2012, de 12 de julho).

Com os melhores cumprimentos,

cilnet.
A Administração

Porto Salvo, 28 de Novembro de 2016